



Escola de Administração Fazendária

Missão: *Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.*



Receita Federal



Concurso Público - 2014

(Edital ESAF n. 18, de 07/3/2014)

Gabarito

1

Cargo:

**Auditor-Fiscal da Receita
Federal do Brasil**

Prova 1

Conhecimentos Gerais

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Língua Inglesa

2. Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
3. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
4. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“Grandes resultados requerem grandes ambições.”
5. **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
6. Na prova há **70 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e.**
7. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
8. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
9. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
10. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
11. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.7, do edital regulador do concurso.
12. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
13. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1- Analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. A liderança, a direção e a gerência são um mesmo papel que necessariamente deve ser desempenhado pelo administrador.
 - II. Uma das características da liderança autocrática é o comportamento do líder que assume o papel de membro do grupo e atua somente quando é solicitado.
 - III. A motivação está relacionada a três aspectos diretamente vinculados ao comportamento: a liderança, os objetivos organizacionais e a tomada de decisão.
- a) Somente I e II estão corretas.
 - b) Somente II e III estão corretas.
 - c) Somente I e III estão corretas.
 - d) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

2- Analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. O controle, assim como o planejamento, existe nos três níveis organizacionais: o estratégico, o intermediário e o operacional.
 - II. A avaliação do desempenho do pessoal é um tipo de controle organizacional e pode incluir informações sobre índices como produção por empregado.
 - III. Entre as melhores práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Nacional de Governança Corporativa para a área de gestão estão a transparência, a clareza e a objetividade na prestação de contas.
- a) Somente I e II estão corretas.
 - b) Somente II e III estão corretas.
 - c) Somente I e III estão corretas.
 - d) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

3- Analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. Na criação do conhecimento, o conhecimento tácito é pessoal, difícil de formalizar e comunicar. Já o conhecimento explícito refere-se ao que pode ser transmitido na linguagem formal.
 - II. Um processo é um conjunto de atividades encadeadas, que devem ser realizadas por pessoas e não por máquinas.
 - III. Os recursos aplicados por unidade de saída e o tempo de processamento por unidade produzida são medidas de eficiência.
- a) Somente II e III estão corretas.
 - b) Somente I e II estão corretas.
 - c) Somente I e III estão corretas.
 - d) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

4- Analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. O planejamento estratégico é elaborado no nível institucional, tem conteúdo detalhado e analítico abordando cada unidade organizacional em separado.
 - II. O planejamento impõe racionalidade e proporciona rumo às ações da organização.
 - III. O planejamento estratégico é definido na área de intersecção dos conjuntos definidos pelos parâmetros viabilidade externa, capacidade interna e visão compartilhada.
- a) Somente I e II estão corretas.
 - b) Somente II e III estão corretas.
 - c) Somente I e III estão corretas.
 - d) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

5- Analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. A tomada de decisão pode ser descrita como o ato de identificar e selecionar um curso de ação para lidar com um problema específico.
 - II. As decisões são normalmente classificadas como programadas e não programadas. Porém, há aquelas que não se enquadram em nenhuma das duas definições e são chamadas de decisões imprevisíveis ou baseadas em incerteza.
 - III. O planejamento consiste na tomada antecipada de decisões sobre o que fazer antes que a ação seja necessária.
- a) Somente I e II estão corretas.
 - b) Somente II e III estão corretas.
 - c) Somente I e III estão corretas.
 - d) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 6- Conforme o Instrumento "Para Avaliação da Gestão Pública" (Brasil, 2010), diversas características inerentes à natureza pública diferenciam as organizações da administração pública das organizações da iniciativa privada. É incorreto apresentar como característica:
- o controle social é requisito essencial para a administração pública contemporânea em regimes democráticos, o que resulta em garantia de transparência de suas ações e atos e na institucionalização de canais de participação social, enquanto as organizações privadas estão fortemente orientadas para a preservação e proteção dos interesses corporativos (dirigentes e acionistas).
 - a administração pública e as organizações privadas não podem fazer acepção de pessoas, devem tratar a todos igualmente e com qualidade. O tratamento diferenciado não é permitido por lei.
 - a administração pública só pode fazer o que a lei permite, enquanto a iniciativa privada pode fazer tudo que não estiver proibido por lei. A legalidade fixa os parâmetros de controle da administração e do administrador, para evitar desvios de conduta.
 - a administração pública tem o poder de regular e gerar obrigações e deveres para a sociedade, assim, as suas decisões e ações normalmente geram efeitos em larga escala para a sociedade e em áreas sensíveis. O Estado é a única organização que, de forma legítima, detém este poder de constituir unilateralmente obrigações em relação a terceiros.
 - as organizações privadas buscam o lucro financeiro e formas de garantir a sustentabilidade do negócio. A administração pública busca gerar valor para a sociedade e formas de garantir o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista a obrigação de utilizar os recursos de forma eficiente.
- 7- Considerando-se os modelos teóricos de administração pública: patrimonialista, burocrático e gerencial, é correto afirmar que:
- a Administração Pública burocrática acredita em uma racionalidade absoluta, pregando o formalismo, rigidez e o rigor técnico.
 - a Administração Pública burocrática pensa na sociedade como um campo de conflito, cooperação e incerteza, na qual os cidadãos defendem seus interesses e afirmam suas posições ideológicas.
 - a Administração Pública burocrática prega a descentralização, com delegação de poderes, atribuições e responsabilidades para os escalões inferiores.
 - a Administração Pública Gerencial é autorreferente e se concentra no processo, em suas próprias necessidades e perspectivas, sem considerar a alta ineficiência envolvida.
 - a Administração Pública Gerencial assume que o modo mais seguro de evitar o nepotismo e a corrupção é pelo controle rígido dos processos com o controle de procedimentos.
- 8- O termo governança pode ser entendido como:
- conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações, garantindo-se maior transparência e a exposição das políticas públicas.
 - a forma com que os recursos econômicos e sociais de um país são gerenciados, com vistas a promover o desenvolvimento.
 - as condições do exercício da autoridade política.
 - um conceito que está relacionado estreitamente ao universo político-administrativo anglo-saxão.
 - o reconhecimento que tem uma ordem política.
- 9- Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado ao servidor público:
- o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
 - pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
 - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais.
 - deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.
 - fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.
- 10- Sobre o controle da administração, o artigo 71 da Constituição Federal especifica as competências dos Tribunais de Contas. Não é competência dos Tribunais de Contas:
- representar o Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
 - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
 - apreciar, para fins de registro, as nomeações para cargos de provimento em comissão, na administração direta e indireta.
 - apreciar as contas prestadas anualmente pelos chefes do Poder Executivo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 11- O procedimento licitatório observa vários atos até o encerramento do certame. Neste sentido, é correto afirmar que o ato que atribui ao vencedor o objeto da licitação, encerrando-se o certame, nos termos da lei, é:
- juízo.
 - homologação.
 - contratação.
 - habilitação.
 - adjudicação.
- 12- Quanto às formas de aquisição dos Bens Públicos, é correto afirmar:
- aluição é uma das formas de efetivação da acessão.
 - a legislação atual manteve as enfiteuses já existentes no antigo Código Civil, por meio das quais o credor obtém o direito de adquirir os bens praxeados.
 - a arrematação exige a posse do bem por determinado período e a boa-fé.
 - o contrato é uma forma de aquisição originária da propriedade.
 - os bens desapropriados repassados a terceiros, no caso da reforma agrária, não mais possuem natureza de bens públicos, mesmo que não se dê a transferência.
- 13- Em se tratando da classificação e extinção dos atos administrativos, é correto afirmar:
- atos gerais ou normativos são os que se preordenam a regular situações específicas como acontece nos decretos expropriatórios.
 - no *ius gestionis* não há intervenção da vontade dos administrados para sua prática, como acontece nos decretos de regulamentação.
 - os atos enunciativos indicam juízos de valor de outros atos de caráter decisório, como acontece nos pareceres.
 - os atos complexos não se compõem de vontades autônomas, embora múltiplas, visto que há somente uma vontade autônoma, de conteúdo próprio e as demais instrumentais, como acontece no visto.
 - na cassação há perda dos efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato.
- 14- Nos termos da Lei, constituem motivos para a Administração Pública rescindir o contrato, exceto:
- a lentidão na execução diante de indícios do futuro descumprimento.
 - inadimplemento secundário do particular que não envolva a satisfação de deveres fundamentais.
 - mutações no âmbito da pessoa jurídica que prejudique a execução do contrato.
 - o cumprimento irregular das cláusulas contratuais.
 - insubordinação do contratante ante instruções derivadas da Administração em atividade fiscalizatória.
- 15- Nos termos da lei, a Administração Pública Federal observará, em se tratando do processo administrativo, princípios específicos, exceto:
- princípio da segurança jurídica.
 - princípio da razoabilidade.
 - princípio da eficiência.
 - princípio da insignificância.
 - princípio da motivação.
- 16- Em se tratando do acesso à informação no âmbito federal, é correto afirmar:
- cabe recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias e dirigido diretamente à Controladoria-Geral da União do indeferimento a pedido de acesso a informações classificadas como sigilosas contidas em Ministérios integrantes do Poder Executivo Federal.
 - são classificadas como ultrassecretas, cujo prazo de restrição de acesso à informação é de 25 (vinte e cinco) anos, as informações que coloquem em risco a segurança do Presidente da República e respectivos cônjuge e filhos (as).
 - compete ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício, a cada 04 (quatro) anos, ou mediante provocação de pessoa interessada.
 - é assegurado, por lei, o sigilo da identificação do requerente que apresentar pedido de acesso a informações de interesse particular contidas nas Cortes de Contas.
 - mediante anuência do requerente é que a informação armazenada em formato digital será fornecida no referido formato.
- 17- Quanto ao 'local' em que as licitações serão efetuadas e à divulgação das mesmas, assinale a opção correta.
- A lei exige a publicação pela imprensa oficial dos avisos relacionados com convites.
 - Não enseja invalidação do certame licitatório caso haja a escolha de local inóspito quando todos os potenciais interessados tenham acesso ao certame.
 - É irrelevante a situação geográfica da repartição interessada nos casos de licitação eletrônica.
 - A existência de sítio oficial do órgão administrativo na Internet não impõe a obrigatoriedade da sua utilização para divulgação das licitações, desde que efetuada a publicidade do ato.
 - A fim de evitar nulidade do certame licitatório, é necessária a publicação do edital de abertura em sua integralidade no Diário Oficial Local.

18- Nos termos do disposto na Constituição Federal, em se tratando dos agentes públicos, é correto afirmar:

- a) há que se observar, para fins de aferição de isonomia, as vantagens relativas à natureza do trabalho desempenhado.
- b) a demissão de servidor estável, ao ser invalidada por sentença judicial, resulta em colocação do mesmo em disponibilidade remunerada até o aproveitamento dele em outro cargo.
- c) independentemente da causa da invalidez, a aposentadoria por invalidez permanente, devidamente homologada, resultará em proventos integrais.
- d) aos servidores aposentados em determinado cargo, deverá ser estendido um benefício concedido a todos os ocupantes do referido cargo ainda em atividade.
- e) para fins de aposentadoria e disponibilidade, efetuar-se-á a soma dos tempos de serviço federal, estadual, distrital e municipal.

19- Em se tratando dos Consórcios públicos, Terceiro Setor e o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP n. 02 de 2008, é correto afirmar:

- a) a lei que rege os consórcios públicos prevê dois tipos de contratos a serem firmados pelos entes consorciados: o contrato de rateio e o contrato de cooperação.
- b) o serviço deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação, quando se tratar da contratação de cooperativas.
- c) o terceiro setor compreende as entidades da sociedade civil de fins públicos e lucrativos coexistindo com o primeiro setor, que é o Estado, e o segundo setor, que é o mercado.
- d) é vedado ao consórcio público a possibilidade de ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, com dispensa de licitação.
- e) no caso de extinção do consórcio público, os entes consorciados responderão subsidiariamente pelas obrigações remanescentes, até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação.

20- Considere que o Poder Público conserve a titularidade de determinado serviço público a que tenha transferido a execução à pessoa jurídica de direito privado. Nessa situação, a descentralização é denominada:

- a) por colaboração.
- b) funcional.
- c) técnica.
- d) geográfica.
- e) por serviços.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21- Em 16 de março de 2014, a Criméia realizou consulta popular que resultou em ampla maioria favorável à separação da Ucrânia, abrindo caminho para sua anexação à Rússia, que restou implementada nos dias seguintes. A Criméia pertenceu à Rússia até 1953, quando o líder Nikita Krushev resolveu que a Península deveria integrar a Ucrânia. Considerando esses acontecimentos, assinale a opção correta, tomando por fundamento a Constituição Federal de 1988.

- a) A Constituição Federal de 1988 não se ocupa do tema em epígrafe, vale dizer, não trata de questões internacionais e não menciona os respectivos princípios que devem guiar as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- b) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, porém, não menciona qualquer princípio de relações internacionais, deixando para o Congresso Nacional a tarefa de criá-los, via legislação ordinária.
- c) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípio, que a República Federativa do Brasil somente intervirá em outro Estado soberano na hipótese de requisição, em defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, com ou sem mandato da Organização das Nações Unidas.
- d) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípios da República Federativa do Brasil, no plano internacional, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípios da República Federativa do Brasil, no plano internacional, os princípios da autodeterminação dos povos e a não intervenção.

22- Sobre o Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

- a) seus integrantes são oriundos de cada um dos Poderes da República, sem exceção.
- b) sua criação decorre de manifestação do Poder Constituinte Originário.
- c) a Constituição Federal assegura ao Advogado-Geral da União a prerrogativa de manifestação nas suas sessões.
- d) o Supremo Tribunal Federal afastou as alegações de inconstitucionalidade relativas à sua criação.
- e) nas ações diretas de inconstitucionalidade sob sua análise, a inconstitucionalidade será declarada pela maioria absoluta dos seus membros.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

23- Sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), é correto afirmar que:

- a) a decisão do Supremo Tribunal Federal, acolhendo-a, deverá ser posteriormente comunicada ao Senado Federal, que, por maioria absoluta, poderá suspender a execução, no todo ou em parte, do ato ou texto impugnado objeto da decisão.
- b) ela somente será admitida se não houver outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- c) passou a integrar a Constituição Federal a partir da Emenda Constitucional n. 45/04, Reforma do Judiciário.
- d) ao proferir decisão, acolhendo-a, o juiz de primeiro grau está obrigado a remeter a decisão para ser confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, considerando que se trata de uma das competências recursais do STF.
- e) é um dos instrumentos utilizados e admitidos pelo Supremo Tribunal Federal para obstar a tramitação do processo legislativo quando eivado de inconstitucionalidade.

24- Assinale a opção correta.

- a) O mandado de segurança impetrado com vistas a anular ato lesivo ao patrimônio público isenta o autor de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- b) O *habeas corpus* protege o direito constitucional de ir e vir, o *habeas data* o direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* e pelo mandado de injunção.
- c) A ação popular e a ação civil pública são idênticas em propósito, finalidade e alcance, a diferença é que a última se insere na competência privativa dos tribunais.
- d) Por sua natureza de norma definidora de direitos e garantias, o *habeas data* não sofre qualquer tipo de restrição ou limitação constitucional.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União e do próprio Supremo Tribunal Federal.

25- Sobre o Ministério Público, é correto afirmar que:

- a) compete privativamente ao Presidente da República propor a exoneração do Procurador-Geral da República antes do término do seu mandato.
- b) o Ministério Público dos Estados vincula-se ao Ministério Público da União em razão do princípio constitucional da indivisibilidade.
- c) a decretação de estado de defesa requer análise prévia do Procurador-Geral da República, considerando a excepcionalidade da medida.
- d) ao ser promulgada, a Constituição Federal facultou aos Procuradores da República o direito de optar, nos termos da lei complementar, de forma irrevogável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União.
- e) é da competência exclusiva do Congresso Nacional, por decisão de maioria absoluta, a exoneração do Procurador-Geral da República antes do término do seu mandato.

26- Com relação aos bens da União e dos Estados, é correto afirmar que:

- a) a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas por Resolução do Senado Federal.
- b) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva pertencem à União, sendo assegurada, nos termos da lei, a outras unidades federativas, a participação no resultado da exploração de petróleo, gás natural e outros recursos minerais e de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.
- c) em razão de sua localização, as ilhas oceânicas e costeiras são de propriedade da União, sem exceção.
- d) pertencem aos Estados as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos localizados dentro de sua respectiva área territorial.
- e) a exploração de recursos minerais de qualquer espécie será objeto de autorização conjunta da União e do Estado quando os recursos estiverem localizados em área territorial do Estado.

27- Sobre o processo legislativo, assinale a opção correta.

- a) A Medida Provisória não sofre qualquer limitação de ordem material.
- b) A discussão e deliberação sobre pedido de autorização de lei delegada será suspensa durante intervenção federal.
- c) É da competência privativa do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça proporem ao Poder Legislativo a criação ou extinção dos tribunais inferiores.
- d) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis sobre relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- e) Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese de Medida Provisória em vigor e existência de Proposta de Emenda à Constituição, que serão automaticamente colocadas na pauta de convocação.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

28- Sobre a Política Urbana, Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, é correto afirmar que:

- a) compete ao Município estabelecer a política agrária e a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária no âmbito do seu território.
- b) é facultado ao Município, mediante lei específica incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos de lei federal, do proprietário do solo urbano, não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, da adoção de algumas medidas impositivas.
- c) a lei que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.
- d) a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, desde que seu proprietário não possua outra.
- e) a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais, é competência que a Constituição Federal defere somente à União.

29- Sobre competência para legislar, é correto afirmar que:

- a) compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios.
- b) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre propaganda comercial.
- c) Lei Ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias que são de competência privativa da União.
- d) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- e) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre Direito do Trabalho.

30- O Comandante da Marinha praticou ato administrativo, no âmbito de sua competência, que ensejou irresignação por parte de alguns destinatários do ato. Um deles, cidadão comum, sem qualquer prerrogativa de foro especial, resolveu impetrar mandado de segurança que foi negado pelo órgão judiciário competente para julgar o referido mandado. Simultaneamente esse mesmo cidadão, autor do mandado de segurança, foi objeto de outra decisão judicial que lhe foi desfavorável, em outra ação, proposta por organismo internacional. Ele resolveu recorrer.

Considerando o enunciado, assinale a opção correta, atendo-se à competência dos juízes e tribunais estabelecida na Constituição Federal.

- a) Compete ao Tribunal Regional Federal julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Supremo Tribunal Federal.
- b) Compete a juiz federal julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Supremo Tribunal Federal.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é também do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Compete ao Superior Tribunal Militar julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Tribunal Regional Federal.
- e) Compete a juiz federal julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Superior Tribunal Militar.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

ATENÇÃO!

Somente responda às questões do idioma INGLÊS se este tiver sido sua opção, quando de sua inscrição.

INGLÊS

Questions 31 through 33 refer to the following text.

The IRS Chief Counsel is appointed by the President of the United States, with the advice and consent of the U.S. Senate, and serves as the chief legal advisor to the IRS Commissioner on all matters pertaining to the interpretation, administration, and enforcement of the Internal Revenue Code, as well as all other legal matters. Under the IRS Restructuring and Reform Act of 1998, the Chief Counsel reports to both the IRS Commissioner and the Treasury General Counsel.

Attorneys in the Chief Counsel's Office serve as lawyers for the IRS. They provide the IRS and taxpayers with guidance on interpreting Federal tax laws correctly, represent the IRS in litigation, and provide all other legal support required to carry out the IRS mission.

Chief Counsel received 95,929 cases and closed 94,323 cases during fiscal year 2012. Of the new cases received, and cases closed, the majority related to tax law enforcement and litigation, including Tax Court litigation; collection, bankruptcy, and summons advice and litigation; Appellate Court litigation; criminal tax; and enforcement advice and assistance.

In Fiscal Year 2012, Chief Counsel received 31,295 Tax Court cases involving taxpayers contesting an IRS determination that they owed additional tax. The total amount of tax and penalty in dispute at the end of the fiscal year was almost \$6.6 billion.

(Source: Internal Revenue Service Data Book, 2012.)

31- According to the passage, the IRS's chief legal advisor is

- a) nominated by the IRS Commissioner.
- b) subordinated to the Treasury General Counsel.
- c) elected by a collegiate.
- d) responsible for drafting the Internal Revenue Code.
- e) in charge of IRS reform.

32- As described in the text, the mission of attorneys working in the Chief Counsel's Office includes:

- a) advising ordinary citizens on their fiscal responsibilities.
- b) litigating for taxpayers in the Tax Court.
- c) contesting IRS determinations.
- d) reporting directly to the IRS Commissioner.
- e) tracking down tax evaders.

33- During fiscal year 2012, the Chief Counsel's office succeeded in

- a) turning down over 30,000 appeals by taxpayers.
- b) securing over \$6 billion for the State.
- c) winning the majority of litigation cases.
- d) processing most of the cases it received.
- e) voiding 1,606 cases filed by taxpayers.

Questions 34 through 38 refer to the following text.

We've been keeping our veterinarian in business lately. First Sammy, our nine-year-old golden retriever, needed surgery. (She's fine now.) Then Inky, our curious cat, burned his paw. (He'll be fine, too.) At our last visit, as we were writing our fourth (or was it the fifth?) consecutive check to the veterinary hospital, there was much joking about how vet bills should be tax-deductible. After all, pets are dependents, too, right? (Guffaws all around.)

Now, halfway through tax-filing season, comes news that pets are high on the list of unusual deductions taxpayers try to claim. From routine pet expenses to the costs of adopting a pet to, yes, pets as "dependents," tax accountants have heard it all this year, according to the Minnesota Society of Certified Public Accountants, which surveys its members annually about the most outlandish tax deductions proposed by clients. Most of these doggy deductions don't hunt, but, believe it or not, some do. Could there be a spot for Sammy and Inky on our 1040?

Scott Kadriik, a certified public accountant in Eden Prairie, Minn., who moonlights as a stand-up comedian (really!), gave me a dog's-eye view of the tax code: "In most cases our family pets are just family pets," he says. They cannot be claimed as dependents, and you cannot deduct the cost of their food, medical care or other expenses. One exception is service dogs. If you require a Seeing Eye dog, for example, your canine's costs are deductible as a medical expense. Occasionally, man's best friend also is man's best business deduction. The Doberman that guards the junk yard can be deductible as a business expense of the junk-yard owner, says Mr. Kadriik. Ditto the convenience-store cat that keeps the rats at bay.

For most of us, though, our pets are hobbies at most. Something's a hobby if, among other things, it hasn't turned a profit in at least three of the past five years (or two of the past seven years in the case of horse training, breeding or racing). In that case, you can't deduct losses—only expenses to the extent of income in the same year. So if your beloved Bichon earns \$100 for a modeling gig, you could deduct \$100 worth of vet bills (or dog food or doggy attire).

(Source: Carolyn Geer, The Wall Street Journal, retrieved on 13 March 2014 - slightly adapted)

34- The title that best conveys the main purpose of the article is:

- a) Sammy and Inky Run Up a Hospital Bill.
- b) Vet Bills Should Be Tax-Deductible.
- c) Are Your Pets Tax Deductions?
- d) The Case for Pets as Dependents.
- e) How to Increase Your Tax Refund.

35- The opening sentence of the text reveals that the author has been

- a) paying frequent visits to her vet's pet.
- b) making loans to her pets' veterinary doctor.
- c) assisting her vet financially.
- d) delaying payments to her veterinarian.
- e) using the services of a vet quite often.

36- The phrase "Guffaws all around" (paragraph 1) shows that those hearing the conversation

- a) believed tax deductions for expenses with pets do not really apply.
- b) resented not being able to consider their pets as dependents.
- c) found the jokes about pets as dependents preposterous.
- d) were unaware that vet bills could be knocked off their income tax.
- e) bemoaned the unfair treatment given to pet owners by the IRS.

37- In paragraph 2, we learn that many taxpayers this year have attempted to

- a) ease their tax burden by making up outlandish pet expenses.
- b) adopt pets so they can claim tax deductions.
- c) cow their tax accountants into filing for their pets as dependents.
- d) claim rebates when purchasing domesticated animals.
- e) get tax refunds for expenses with their pets.

38- Among the domesticated animals considered eligible for tax deductions are

- a) family pets.
- b) guide dogs.
- c) Doberman dogs.
- d) horses in general.
- e) house cats.

Questions 39 and 40 refer to the following text.

Customs enforcement is concerned with the protection of society and fighting trans-national organized crime based on the principles of risk management. In discharging this mandate, Customs compliance and enforcement services are involved in a wide range of activities relating to information and intelligence exchange, combating commercial fraud, counterfeiting, the smuggling of highly taxed goods (especially cigarettes and alcohol), drug trafficking, stolen motor vehicles, money laundering, electronic crime, smuggling of arms, nuclear materials, toxic waste and weapons of mass destruction. Enforcement activities also aim to protect intellectual and cultural property and endangered plants and animal species.

In order to assist its Members improve the effectiveness of their enforcement efforts and achieve a balance between control and facilitation, the World Customs Organisation has developed a comprehensive technical assistance and training programmes. In addition, it has established Regional Intelligence Liaison Offices (RILOs) that are supported by a global database, the Customs Enforcement Network (CEN), to facilitate the exchange and use of information.

The WCO has also developed instruments for international co-operation in the form of the revised Model Bilateral Agreement (MBA); the Nairobi Convention, which provides for mutual administrative assistance in the prevention, investigation and repression of Customs offences; and the Johannesburg Convention, which provides for mutual administrative assistance in Customs matters. The WCO's Customs Control and Enforcement programme therefore aims to promote effective enforcement practices and encourage co-operation among its Members and with its various competent partners and stakeholders.

(Source: <http://www.wcoomd.org/en/topics/enforcement-and-compliance/overview.aspx>, retrieved on 12 March 2014.)

39- In accordance with the passage, 'customs enforcement' can best be defined as the prevention of criminal activities

- a) requiring coordination between enforcement agencies of neighboring countries.
- b) of a strictly commercial nature, taking place on border areas.
- c) restricted to trans-national intellectual and cultural property infringement.
- d) that can pose financial or physical harm to societies and affect at least two countries.
- e) that can put societies and the environment at risk in the broadest sense.

40- The text explains that the mandate of the World Customs Organisation comprises both

- a) enforcement and repression activities.
- b) co-operation and training efforts.
- c) crime investigation and prevention.
- d) direct control and facilitation initiatives.
- e) partners and stakeholders.

LÍNGUA PORTUGUESA

- 41- Em relação às estruturas linguísticas do texto, assinale a opção incorreta.

O conceito de brasileiro cordial cai por terra ante a violência que se alastra de norte a sul do país. Não se fala aqui apenas de atos imoderados como os praticados pelos *black blocs*; ou de ação de justiceiros que algemam pessoas a poste; ou de bandidos que ateam fogo a ônibus e a seres humanos; ou de sequestros relâmpagos que assustam cidadãos e lhes limitam o direito de ir e vir; ou de homicídios que ultrapassam cifras registradas em países em guerra. Fala-se do crime de racismo. Discriminar adultos e crianças com base na cor da pele é, além de caduco, inaceitável. Baseia-se no prejulgamento de que há seres superiores e inferiores não em decorrência de obras por eles realizadas, mas de característica física biologicamente herdada. Além da punição prevista em lei, impõem-se ações aptas a evitar que cenas de preconceito se repitam. Entre elas, campanhas governamentais destinadas à mudança de mentalidade da população. O brasileiro pode tornar-se cordial de fato. Ser movido pelo coração pressupõe valores humanistas e democráticos. Conviver com as diferenças é fruto da civilização.

(Adaptado do *Correio Braziliense*, 18/02/2014.)

- a) Mantém-se a correção gramatical do período e o respeito às suas informações originais ao se substituir “ante a” (l.1 e 2) por **diante da**.
- b) O segmento “que algemam pessoas a poste” (l. 5) tem natureza restritiva em relação a “justiceiros”.
- c) Preserva-se a correção gramatical ao se reescrever “lhes limitam” (l. 8) como **limitam a eles**.
- d) O termo “caduco” (l. 12) está sendo empregado com o sentido de **ultrapassado, sem validade, vencido**.
- e) O pronome “elas” (l. 18) retoma o antecedente “cenas de preconceito” (l. 18).

- 42- Assinale a opção que preenche as lacunas do texto de forma gramaticalmente correta e textualmente coerente.

Sem 1 pujança econômica de outrora, 2 Europa registra nos últimos tempos o fortalecimento de pressões xenófobas e anti-imigração. Após 3 crise global, iniciada em 2008, e o consequente aumento dos índices de desemprego no continente, grupos de extrema-direita conquistaram níveis inéditos de participação nos Paramentos nacionais da Suécia e da Grécia. Não satisfeitos em exercer 4 representação política, tais agremiações têm protagonizado lamentáveis episódios de agressão 5 minorias de outras nacionalidades.

(Adaptado de *Folha de S. Paulo*, 12/02/2014.)

	1	2	3	4	5
a)	à	a	à	a	as
b)	a	a	a	a	às
c)	a	à	a	à	as
d)	a	a	à	a	às
e)	à	à	a	à	as

- 43- Assinale a opção que preenche as lacunas do texto de forma a torná-lo coeso, coerente e gramaticalmente correto.

Depois de cair logo após a reforma do regime previdenciário do setor público de 2003 — que extinguiu a aposentadoria integral 1 servidor que ainda não contava 2 direito e fixou condições mais rigorosas 3 novas aposentadorias —, a proporção dos servidores inativos em relação ao total de funcionários da União se estabilizou e, 4 gradual envelhecimento médio dos funcionários ativos, poderá voltar a crescer 5 pouco tempo. Um estudo divulgado 6 pouco pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) mostra que, atualmente, os inativos dos Três Poderes e do Ministério Público Federal representam 48% do total de servidores. Entre os servidores civis do Poder Executivo Federal a proporção é ainda maior: 52%.

(Adaptado de *O Estado de S. Paulo*, 17/02/2014.)

	1	2	3	4	5	6
a)	do	ter o	às	no	há	a
b)	com o	pelo	nas	pelo	em	em
c)	pelo	para o	com as	para o	por	de
d)	para o	com esse	para as	com o	dentro de	há
e)	ao	ter o	em	do	em	com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

44- Assinale a opção que corresponde a erro gramatical ou de grafia de palavra inserido na transcrição do texto.

A Receita Federal nem sempre teve esse (1) nome. Secretaria da Receita Federal é apenas a mais recente denominação da Administração Tributária Brasileira nestes cinco séculos de existência. Sua criação tornou-se (2) necessária para modernizar a máquina arrecadadora e fiscalizadora, bem como para promover uma maior integração entre o Fisco e os Contribuintes, facilitando o cumprimento expontâneo (3) das obrigações tributárias e a solução dos eventuais problemas, bem como o acesso às (4) informações pessoais privativas de interesse de cada cidadão. O surgimento da Secretaria da Receita Federal representou um significativo avanço na facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, contribuindo para o aumento da arrecadação a partir (5) do final dos anos 60.

(Adaptado de <<http://www.receita.fazenda.gov.br/srf/historico.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2014.)

- a) (1)
- b) (2)
- c) (3)
- d) (4)
- e) (5)

45- Os trechos a seguir compõem um texto adaptado do jornal Estado de Minas, de 18/02/2014, mas estão desordenados. Assinale nos parênteses a ordem sequencial correta em que devem aparecer para compor um texto coeso e coerente. Coloque 1 no trecho que deve iniciar o texto e assim sucessivamente. Em seguida, assinale a opção correspondente.

- () Esse poder Legislativo é o mais apto a ouvir e repercutir a voz das ruas, os desejos e as preocupações do povo. E a segurança pública tem se tornado a maior de todas as causas que afligem as pessoas, principalmente as que vivem em grandes cidades.
- () Nos últimos anos, com o crescimento do crime praticado por menores, tem crescido o número dos que defendem a redução da idade de responsabilidade penal para 16 anos. É igualmente veemente a defesa da manutenção da idade atual, 18 anos, o que torna a matéria altamente polêmica.
- () Ter a iniciativa de propor e votar leis é uma das funções que a sociedade, por meio da Constituição, atribuiu ao Legislativo e espera que esse poder, o mais aberto e democrático do regime democrático, cumpra esse papel.
- () Mas todo esse aparato da segurança acionado em defesa do cidadão corre o risco de produzir resultados inferiores ao desejado em função de falhas ou de falta de atualização da legislação.
- () Por isso mesmo são bem-vindas medidas como o reforço do policiamento ostensivo e aumento da vigilância e da ação das autoridades para conter a criminalidade.

() Um dos problemas mais complexos quanto a essa atualização legislativa no Brasil é o do menor infrator, que, na maioria das grandes cidades brasileiras, já foi promovido a menor criminoso. Há sobre essa questão um grande debate na sociedade brasileira.

- a) 1, 3, 6, 2, 5, 4
- b) 2, 6, 1, 4, 3, 5
- c) 4, 5, 2, 6, 1, 3
- d) 3, 1, 4, 5, 6, 2
- e) 5, 2, 3, 1, 4, 6

46- Os trechos abaixo constituem um texto adaptado de <<http://www.ambito-juridico.com.br/site/>>. Acesso em: 17 mar. 2014.)

Assinale a opção transcrita de forma gramaticalmente correta.

- a) No transcorrer da história, desde os escritos de Aristóteles, passando por Políbio, depois Locke, Rousseau e Montesquieu, sempre houve a preocupação de limitação do poder para a construção de um governo moderado, em que há um contraponto dentro do próprio exercício da soberania, de modo a mantê-la dentro de algumas balizas.
- b) Desta forma, o poder de tributar nada mais é que um aspecto da soberania estatal, ou uma parcela desta. Neste contexto, antes, a tributação era realizada de modo tirânico: o monarca, que reivindicava a soberania para si, “criava” os tributos e os súditos deviam suportá-los, sem qualquer garantia ou possibilidade de resistência.
- c) O Estado é entidade soberana. No plano internacional representa a nação em sua relação com as outras nações, e, no plano interno, têm o poder de governar todos os indivíduos que se encontrem em seu território. Logo, a soberania é um poder que não reconhece outro que lhe seja superior, e no exercício dessa soberania, ele exige que os indivíduos lhe forneçam os recursos de que necessita: institui tributos.
- d) Neste contexto, o constitucionalismo pode ser concebido como movimento ideológico e filosófico que pregam a limitação do poder para a garantia de direitos, tendo reformulado, na evolução histórica, a concepção de Direito e de Estado, o que haveria de repercutirem no poder de tributar.
- e) Conforme foram sagrando-se vitoriosos, os movimentos constitucionais, através do constitucionalismo clássico e da evolução do Estado, a tributação também se altera, a exemplo das contribuições, que são tributos que somente se justificam na compreensão de um Estado Social intervencionista, em que a uma consolidação da máquina pública para propiciar prestações positivas aos cidadãos.

47- Assinale a opção que preenche a lacuna do texto de forma a torná-lo gramaticalmente correto, coeso e coerente.

Normalmente o Estado de Direito é confundido com o Estado Constitucional (Estado Democrático de Direito), entretanto, isto é um equívoco. _____

Com efeito, se é a legislação que serve de parâmetro para atuação estatal, então, esta mesma legislação, por conseguinte, é livre. Em tais Estados (Estado de Direito), o absolutismo do rei é substituído pelo absolutismo do parlamento (supremacia do parlamento e não da constituição).

(Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8873>. Acesso em: 17 mar. 2014.)

- a) Conquanto, no Estado Constitucional, a constituição funciona como fundamento de validade de toda ordem jurídica, disciplinando não só a atuação do Executivo e Judiciário, como também do legislativo, vigendo, aí sim, a supremacia da constituição.
- b) Embora, no Estado Constitucional, o legislador encontra limites jurídicos nas normas constitucionais, as quais traçam o perfil de cada exação, de forma que a competência tributária é delimitada através da conjugação das normas que tratam especificamente de cada tributo com os princípios constitucionais.
- c) Daí podermos concluir que, no Brasil, por força de uma séria de disposições constitucionais, não há falar em poder tributário (incontrastável, absoluto), mas, tão somente, em competência tributária (regrada, disciplinada pelo Direito).
- d) Isso porque no Estado de Direito os atos do Executivo e do Judiciário estão submetidos ao princípio da legalidade; contudo, o Legislativo é livre para atuar, já que esse princípio não pode ser aplicado, por imposição lógica, à legislação.
- e) Portanto, poder tributário tinha a Assembléia Constituinte, que era soberana. Ela realmente tinha um poder ilimitado, inclusive em matéria tributária. Contudo, a partir do momento em que foi promulgada a Constituição, o *Poder Tributário* retornou ao povo, restando aos poderes constituídos as competências tributárias.

48- Os trechos a seguir constituem um texto adaptado do jornal Folha de S. Paulo, de 10/02/2014.

Assinale a opção transcrita de forma gramaticalmente correta.

- a) Conforme se consolida a recuperação — ainda que lentas — das economias desenvolvidas e fica mais próximo o momento dos juros mais altos nos países emergentes, os investidores redirecionam o capital para ao centro.
- b) Tende a haver saída em massa de divisas de países que há pouco eram a coqueluche. Os alvos são os

que apresentam maior déficit externo, fragilidades orçamentárias e baixo crescimento. Nesse grupo estão Turquia e África do Sul, por exemplo.

- c) Nos últimos 20 anos, os emergentes viram dobrar sua participação no PIB mundial. Conforme o progresso técnico se dissemina nesses países, surge uma nova classe média global - e não há nenhum sinal de cujo esse movimento se esgotará tão logo.
- d) A prosperidade, é claro, não está garantida. A questão principal, no longo prazo, diz respeito mais as reformas internas que precisam ser implementadas do que o jogo de comparações e modismos.
- e) Serão vitoriosos os países que conseguirem não só integrar melhor suas economias nas cadeias produtivas de alto valor por escala mundial, como também modernizar suas instituições e, especialmente, desenvolverem capital humano.

49- Em relação às estruturas linguísticas do texto, assinale a opção correta.

- O Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal comentou os resultados das atividades aduaneiras em 2013. De acordo com o Subsecretário, os números
- 5 corroboram uma série de avanços nos processos administrados pela Receita Federal como, por exemplo, na questão de controle de exportações e importações. “Dentro da diretriz de ter mais agilidade, celeridade e transparência, conseguimos
- 10 reduzir tempos de despacho aduaneiro tanto na exportação quanto na importação, e o destaque é que na exportação a redução do tempo foi da ordem de 34%”.
- 15 Ressaltou ainda que houve melhora nos resultados de controle, com aumento nos valores de créditos lançados na auditoria, fiscalização e incremento no número de operações nas fronteiras do país. Ao longo de 2013, foram realizadas 2.999 operações
- 20 de vigilância e repressão ao contrabando e descaminho. O número representa um crescimento de 11,9% em relação ao mesmo período de 2012. A apreensão total de mercadorias processadas pela Receita resultou em um montante de R\$ 1,68 bilhão.
- 25 Entre as mercadorias apreendidas encontram-se produtos falsificados, tóxicos, medicamentos, entre outros.

(Adaptado de: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/AutomaticoSRF/sinot/2014/02/11>>. Acesso em: 17 mar. 2014.)

- a) Mantêm-se as informações originais do período se a palavra “corroboram” (l. 5) for substituída por **enfraquecem** ou **reduzem**.
- b) O emprego da primeira pessoa do plural em “conseguimos” (l. 9) significa que o autor se refere a uma parcela específica do povo brasileiro moradores de fronteiras.
- c) Prejudica-se a correção gramatical do período e a coerência textual ao se substituir “foram realizadas” (l. 18) por **realizaram-se**.
- d) Mantêm-se a correção gramatical do período e a coerência textual ao se substituir “encontram-se” (l. 24) por **foi encontrado**.

- e) O emprego de vírgula em “produtos falsificados, tóxicos, medicamentos,” (ℓ. 25) justifica-se por isolar elementos de mesma função sintática componentes de uma enumeração.

50- Assinale a opção que corresponde a erro gramatical ou de grafia de palavra inserido na transcrição do texto.

No desenho constitucional, os tributos são fonte importantíssima dos recursos financeiros de cada ente político, recursos esses indispensáveis para que **façam frente ao** (1) seu dever social. Consequentemente, o princípio federativo é indissociável das competências tributárias constitucionalmente estabelecidas. Isso porque tal princípio **prevê** (2) a autonomia dos diversos entes integrantes da federação (União, Estados, DF e Municípios). A exigência da autonomia econômico-financeira determina que **seja outorgado** (3) a cada ente político vários tributos de sua específica competência, para, por si próprios, **instituírem** (4) o tributo e, assim, **terem** (5) sua própria receita tributária.

(Adaptado de: <<http://www.ambito-juridico.com.br/site>>. Acesso em: 17mar. 2014.)

- a) (1)
- b) (2)
- c) (3)
- d) (4)
- e) (5)

As questões 51 e 52 tomam por base o fragmento de texto abaixo.

Duas pesquisas divulgadas recentemente revelam que os brasileiros não são tão solidários quanto parece. Uma delas aponta ainda que, quando abrimos a mão, a preferência é pelos pedintes, a quem se destinam 30% da ajuda. As organizações não governamentais (ONGs) levam só 14%. Além disso, poucos contribuintes sabem que é possível abater impostos através de doações – embora o complicado processo afaste também quem conhece o sistema.

(Adaptado de IstoÉ, 19/3/2014.)

51- Assinale a opção em que a substituição da forma verbal usada no texto provoca erro gramatical e/ou incoerência textual.

- a) “aponta” (ℓ. 3) > apontam
- b) “parece” (ℓ. 3) > parecem
- c) “destinam” (ℓ. 5) > destinam
- d) “abrimos” (ℓ. 4) > abrem
- e) “abater” (ℓ. 8) > abaterem

52- Preserva-se a coerência textual e o respeito às regras de pontuação ao

- a) inserir uma vírgula depois de “recentemente” (ℓ. 1).
- b) substituir o primeiro sinal de parênteses em “(ONGs)” (ℓ. 6) por um travessão, e o segundo por uma vírgula.
- c) inserir uma vírgula antes de “que” (ℓ. 7).
- d) substituir o travessão antes de “embora” (ℓ. 8) por uma vírgula.
- e) inserir uma vírgula depois de “também” (ℓ. 9).

53- Assinale a opção que constitui um período gramaticalmente correto e textualmente coerente para ser inserido na lacuna do texto abaixo.

As leis de incentivo fiscal podem trazer bons resultados quando utilizadas de forma estratégica. Do ponto de vista do investidor social, a principal vantagem é conhecer o destino preciso de sua ajuda financeira. Temos em nossas práticas a preocupação necessária a todo o desenvolvimento social, em especial, da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, é importante que estes sejam destinados a entidades idôneas e de responsabilidade social.

(Adaptado de Raimundo P. S. Filho. <<https://pt-br.facebook.com/notes/selo-empresa>>. Acesso em: 19 mar. 2014.)

- a) Assim é que os investidores, tanto empresas como cidadãos comuns, também sejam responsáveis por atividades que visem superar as situações de vulnerabilidade que criam.
- b) Tais leis, quando seguidas e adequadamente fiscalizadas trazem além dessa também outras vantagens, como aquelas que o investidor se associa de forma estratégica.
- c) Mas não basta apenas destinar recursos: é de extrema importância que as pessoas exerçam seu papel como cidadãos no acompanhamento da aplicação dos recursos e de seus resultados em suas comunidades.
- d) Destarte, estratégias fiscais com objetivos claramente sociais, concretizados em ajuda financeira, compõem o conjunto de leis que de forma complementar combatem situações de vulnerabilidade.
- e) No entanto, toda vulnerabilidade surge de desigualdades sociais que compete tanto ao Estado quanto à sociedade civil providenciar mecanismos de superação, sob pena de onerar ainda mais as perspectivas de futuro.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

54- Assinale a opção em que a reescrita do trecho sublinhado preserva a correção gramatical e respeita a coerência textual.

Independentemente de sua inserção na esfera pública ou privada, as ouvidorias são norteadas por princípios comuns, ainda não regulamentados, destacando-se a acessibilidade, a confidencialidade, a independência e a transparência. Se efetivas, podem contribuir para a solução de alguns dos complexos problemas contemporâneos, muitas vezes gerados pela redução dos espaços de diálogo.

(Adaptado de Paulo Otto von Sperling. Ouvidorias, eficiência e efetivação de direitos. Correio Braziliense, 18 mar. 2014.)

- Quando efetivas, a solução de alguns problemas, complexos e contemporâneos pode ser contribuída, quando gerados, muitas vezes, pela diminuição dos espaços de diálogo.
- Efetivas, podem solucionar a contribuição de alguns dos problemas, complexos e contemporâneos, muitas vezes gerados no diálogo em reduzidos espaços.
- Sendo efetivas, podem contribuir para solucionar alguns dos complexos problemas contemporâneos, gerados, muitas vezes, pela diminuição do diálogo.
- Em sendo efetivas, alguns dos complexos problemas contemporâneos pode ter solução, muitas vezes gerados pelo reduzido espaço para diálogo.
- Caso efetivas, a solução de alguns dos complexos problemas contemporâneos pode ser sua contribuição, gerados pela redução, muitas vezes, dos espaços de diálogo.

Leia o texto abaixo e responda às questões 55 e 56.

No Brasil, a criação e a paulatina expansão das ouvidorias são consequência da centralidade dos direitos fundamentais e do princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988, relacionando-se à democratização do Estado e da sociedade brasileira.

Na administração pública, além de concretizar o direito constitucional de petição, fornecendo aos cidadãos um canal adequado para tratamento de reclamações, denúncias e sugestões, as ouvidorias ampliam a transparência de órgãos e entidades estatais, além de ensejar o contato do gestor público com problemas da população. De forma complementar, as ouvidorias públicas emergem como um importante instrumento de gestão participativa, aproximando o Estado da população, que pode sugerir correções de medidas governamentais e se informar do amplo portfólio de políticas públicas. Ademais, podem impedir a judicialização de pleitos ordinários, o que não é pouco, visto que os direitos podem ser efetivados com mais celeridade.

(Adaptado de Paulo Otto von Sperling. Ouvidorias, eficiência e efetivação de direitos. Correio Braziliense, 18 mar. 2014.)

55- No desenvolvimento da textualidade, ficam prejudicadas as relações de coesão e a coerência argumentativa ao retirar do texto

- o artigo em “a paulatina” (l. 1).
- o artigo na contração em “Na administração” (l. 7), escrevendo apenas **Em**.
- o artigo em “o direito” (l. 7 e 8).
- o artigo em “as ouvidorias” (l. 10 e 11).
- o artigo na contração em “da população” (l. 16 e 17), escrevendo apenas **de**.

56- Analise as seguintes afirmações em relação às ideias do texto.

- Ouvidorias tornaram possível a inserção do princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988.
- A transparência de órgãos e entidades estatais é ampliada com o direito à petição e com a aproximação entre o gestor e os problemas da população.
- A diminuição na judicialização de pleitos ordinários permite uma efetivação mais rápida dos direitos.

Encontra(m) respaldo na argumentação do texto

- apenas I.
- apenas II.
- apenas III.
- apenas I e III.
- apenas II e III.

Leia o texto abaixo e responda às questões 57 e 58.

A prefeitura municipal, através da Secretaria de Assistência Social, promove a Campanha Imposto de Renda Solidário, projeto cujo objetivo é, através de doação do imposto de renda devido, ajudar a financiar projetos de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes de Chapadão do Sul.

A ideia é que todos que queiram participar direcionem parte do valor devido ao Fundo Municipal dos Direitos da Infância e Adolescência (FMDCA) e assim participem da Campanha. A doação, estabelecida pela Lei n. 8.069/90, é simples, não traz ônus a quem colabora e os valores doados são abatidos do imposto de renda devido.

O valor destinado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitados os limites legais, é integralmente deduzido do IR devido na declaração anual ou acrescido ao IR a restituir. Quem quiser contribuir deve procurar um escritório de contabilidade e solicitar que seu imposto de renda seja destinado ao FMDCA de Chapadão do Sul.

A doação pode ser dirigida a um projeto de escolha do doador, desde que esteja inscrito no CMDCA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que analisará e aprovará o repasse do recurso e posteriormente fiscalizará sua execução.

(Adaptado de: <<http://www.ocorreionews.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2014.)

57- Assinale a opção correta a respeito da justificativa para o uso da preposição **a** nas relações de regência no texto.

- a) Em “ao Fundo Municipal...” (ℓ. 9 a 11), é exigida pelo termo “devido” (ℓ. 9).
- b) Em “a quem” (ℓ. 13) introduz um complemento do verbo **trazer**.
- c) Em “ao Fundo Municipal...” (ℓ. 15), é exigida pelo termo “valor” (ℓ. 15).
- d) Em “ao IR” (ℓ.18), introduz um paralelo entre os complementos de “declaração anual” (ℓ. 18).
- e) Em “a um projeto” (ℓ. 23), introduz um complemento para o substantivo “doação” (ℓ. 23).

58- No desenvolvimento da argumentação do texto, o modo e tempo verbais são usados para indicar uma possibilidade, uma hipótese em

- a) “ajudar a financiar” (ℓ. 4 e 5).
- b) “queiram participar” (ℓ. 8).
- c) “são abatidos” (ℓ. 14).
- d) “deve procurar” (ℓ. 19).
- e) “analisará e aprovará” (ℓ. 26).

59- Assinale a opção em que o fragmento adaptado do Correio Braziliense, de 19 de março de 2014, foi transcrito com erros gramaticais.

- a) A alta inflação, a elevada carga tributária e o aumento do endividamento das famílias têm tornado mais difícil o pagamento dos impostos nos últimos anos. A dívida ativa – cujo principal componente são os tributos não pagos por pessoas físicas e jurídicas – saltou 526,71% nas três esferas da união (estados, municípios e governo federal) entre 2000 e 2012.
- b) O estoque acumulado da dívida ativa é praticamente equivalente ao que os três entes federais arrecadaram, juntos, em 2012: cerca de R\$1,96 trilhão. Esse cenário cria uma situação insustentável dentro das fazendas públicas. Para se ter uma ideia, a expressão desses créditos financeiros seria suficiente para quitar a dívida pública líquida da União, dos estados e dos municípios em 2012.
- c) O governo tem dificuldade para reaver esses créditos que compõem a dívida ativa. Em 2012, apenas 5,38% da dívida ativa foram recuperados pelas autoridades. Isso ocorre porque uma boa parte dessa dívida corresponde a processos que estão na justiça e aos chamados “créditos podres”.
- d) No caso destes “créditos podres”, eles são um problema por que criam um suposto crédito falso, é um valor que o Estado não têm garantias de receber. Lembremos, ainda que a dívida ativa em geral seja composta de casos perdidos porque muitas empresas devedoras já fecharam as portas.
- e) Mas há também outros fatos que explicam esse aumento da dívida, como as dificuldades enfrentadas por vários setores, principalmente o da indústria, que ainda não se recuperou da crise de 2009 e 2010. É importante, por isso, analisar caso a caso, mas, de modo geral, o crescimento da carga tributária também tem colaborado.

60- Assinale a opção incorreta a respeito do uso das estruturas linguísticas no texto.

A despeito das suas imperfeições, a Lei da Transparência Tributária representa um notável avanço institucional. A conscientização da população brasileira é fundamental para a construção de uma

5 República efetivamente democrática, em que os eleitores tenham plena ciência da repercussão das decisões tomadas pelos seus representantes. Somente assim poderão exigir a construção de um sistema tributário simples, coerente e justo, que não

10 onere os cidadãos carentes e não seja regressivo, gravando os contribuintes menos abastados de modo (proporcionalmente) mais severo que os mais favorecidos economicamente.

(Adaptado de Andrei Pitten Velloso, Lei da transparência tributária: vitória da cidadania. <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas>>. Acesso em: 18 mar. 2014.)

- a) O uso da preposição em “em que” (ℓ. 5) torna-se desnecessário se, no lugar de **que**, o pronome utilizado for **a qual**.
- b) O uso do modo subjuntivo em “tenham” (ℓ. 6) remete à possibilidade de uma “República efetivamente democrática” (ℓ. 5).
- c) O advérbio “assim” (ℓ. 8) tem a função coesiva de resumir e retomar as ideias do período sintático imediatamente anterior.
- d) O uso do gerúndio em “gravando” (ℓ. 11) imprime à oração uma ideia do modo de funcionamento do sistema tributário.
- e) A retirada dos sinais de parênteses não prejudica sintaticamente a oração, mas sua presença diminui a relevância da ideia expressa por “proporcionalmente” (ℓ. 12).

- 61- Em um teste de hipóteses bilateral, com nível de significância α , cujas estatísticas de teste calculadas e tabeladas são designadas por T_c e $T_{\frac{\alpha}{2}}$, respectivamente, pode-se afirmar que:
- se $-T_{\frac{\alpha}{2}} \leq T_c \leq T_{\frac{\alpha}{2}}$, rejeita-se H_0 .
 - se $-T_{\frac{\alpha}{2}} \leq T_c \leq T_{\frac{\alpha}{2}}$, não se pode rejeitar H_0 .
 - a probabilidade de se rejeitar H_0 , sendo H_0 verdadeira, é igual $\frac{\alpha}{2}$.
 - ocorre erro tipo I quando se aceita H_0 e H_0 é falsa.
 - se α for igual a 5%, então a probabilidade de ocorrer erro tipo II é 95%.
- 62- Se é verdade que alguns adultos são felizes e que nenhum aluno de matemática é feliz, então é necessariamente verdade que:
- algum adulto é aluno de matemática.
 - nenhum adulto é aluno de matemática.
 - algum adulto não é aluno de matemática.
 - algum aluno de matemática é adulto.
 - nenhum aluno de matemática é adulto.
- 63- Um polígono regular possui 48 diagonais que não passam pelo seu centro. A partir desta informação, pode-se concluir que o número de lados desse polígono é igual a:
- 12
 - 36
 - 24
 - 48
 - 22
- 64- Ana está realizando um teste e precisa resolver uma questão de raciocínio lógico. No enunciado da questão, é afirmado que: "todo X_1 é Y . Todo X_2 , se não for X_3 , ou é X_1 ou é X_4 . Após, sem sucesso, tentar encontrar a alternativa correta, ela escuta alguém, acertadamente, afirmar que: não há X_3 e não há X_4 que não seja Y . A partir disso, Ana conclui, corretamente, que:
- todo Y é X_2 .
 - todo Y é X_3 ou X_4 .
 - algum X_3 é X_4 .
 - algum X_1 é X_3 .
 - todo X_2 é Y .

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 65- Duas estudantes de química, Sara e Renata, estão trabalhando com uma mistura de amônia e água. Renata está trabalhando com a mistura de amônia e água, na proporção de 5:9, ou seja: 5 partes de amônia para 9 partes de água. Sabe-se que Sara está trabalhando com a mistura de amônia e água na proporção de 8:7, ou seja: 8 partes de amônia para 7 partes de água. Desse modo, para se obter uma mistura de amônia e água na proporção de 1:1, as misturas de Sara e Renata devem ser misturas, respectivamente, na proporção:
- 8:15
 - 7:35
 - 30:7
 - 35:7
 - 32:5
- 66- Considere a função bijetora f , de \mathfrak{R} em \mathfrak{R} definida por $f(x) = (x^2 - 1)$, se $x \geq 0$ e $f(x) = (x - 1)$, se $x < 0$, em que \mathfrak{R} é o conjunto de números reais. Então os valores da função inversa de f , quando $x = -8$ e $x = 8$ são, respectivamente, iguais a:
- 7; 3
 - 7; -3
 - $\frac{1}{9}; \frac{1}{63}$
 - $\frac{-1}{9}; \frac{-1}{63}$
 - 63; 9
- 67- O cosseno de um ângulo x , com $\frac{\pi}{2} < x < \pi$, é igual a $\frac{-7}{25}$. Desse modo, a tangente de $\frac{x}{2}$ é igual a:
- $\frac{-4}{3}$
 - $\frac{4}{3}$
 - $\frac{-3}{2}$
 - $\frac{3}{23}$
 - 1
- 68- Em um cofre estão guardados 5 anéis: dois de ouro e três de prata. Aleatoriamente, retiram-se dois anéis do cofre, um após o outro e sem reposição. Define-se a variável aleatória X igual a 1 se o primeiro anel retirado é de prata, e igual a 0 se este é de ouro. De modo análogo, define-se a variável aleatória Y igual a 1 se o segundo anel é de prata, e 0 se este é de ouro. Desse modo, a covariância de X e $Y - \text{Cov}(X, Y) -$ é igual a:
- 0
 - 1
 - 1
 - $\frac{3}{50}$
 - $\frac{-3}{50}$
- 69- A matriz quadrada A , definida genericamente por $A = a_{ij}$, é dada por $a_{11} = 0$; $a_{12} = -4$; $a_{13} = 2$; $a_{21} = x$; $a_{22} = 0$; $a_{23} = (1 - z)$; $a_{31} = y$; $a_{32} = 2z$ e, por último, $a_{33} = 0$. Desse modo, para que a matriz A seja uma matriz antissimétrica, os valores de a_{21} , a_{23} , a_{31} e a_{32} deverão ser, respectivamente, iguais a:
- 4; -2; -2; -2.
 - 4; -2; 2; -2.
 - 4; 2; -2; -2.
 - 4; -2; 2; -2.
 - 4; -2; -2; -2.
- 70- Considere a reta R_1 dada pela equação $3y = -4x$ e a circunferência C_1 , dada pela equação $x^2 + y^2 + 5x - 7y - 1 = 0$. A partir disso tem-se que:
- R_1 é tangente à C_1 e o centro de C_1 é o ponto $(\frac{-5}{2}; \frac{7}{2})$.
 - R_1 é exterior à C_1 e o centro de C_1 é o ponto $(\frac{-5}{2}; \frac{7}{2})$.
 - R_1 é secante à C_1 e o centro de C_1 é o ponto $(\frac{5}{2}; \frac{7}{2})$.
 - R_1 é secante à C_1 e o centro de C_1 é o ponto $(\frac{-5}{2}; \frac{7}{2})$.
 - R_1 é secante à C_1 e o centro de C_1 é o ponto $(\frac{5}{2}; \frac{-7}{2})$.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

Área para rascunho

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br